

política

Rejane de Oliveira quer auditoria na dívida com a União

ELEIÇÕES 2026

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

A candidata do PSTU, a professora Rejane de Oliveira, acredita que a dívida do Rio Grande do Sul com a União já foi paga. Por isso, defende uma auditoria para provar que o Estado já quitou esse débito.

Ela também criticou a adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) - defendido pela maioria dos candidatos ao governo do RS. Para Rejane, a troca do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) pelo Propag não só exige o reconhecimento da dívida, como também prevê o corte de gastos em serviços públicos importantes.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Rejane também propõe a instituição de conselhos populares para definir as prioridades do orçamento público. Esses conselhos seriam formados por representantes de entidades de classe, associações de moradores, entre outras instituições. A diferença em relação a outras experiências de democracia direta - como o Orçamento Participativo e a Consulta Popular - é que os conselhos definiriam o destino da receita integral do RS.

Jornal do Comércio - Alguns

temas são recorrentes nas eleições do RS. Uma delas é a dívida do Estado com a União, que provavelmente exigirá mais uma renegociação. Hoje o Estado deve mais de R\$ 100 bilhões. Que solução enxerga para a dívida?

Rejane de Oliveira - Para nós, essa dívida já foi paga. Existem vários cálculos que mostram que essa dívida já foi paga. Além disso, em 1998, quando o governo federal tomou para si a questão dos juros da dívida, ele não fez isso por benesse. Ele fez isso para salvar os banqueiros que estavam vivendo uma crise. Então, ele tomou (a dívida) para si e passou agora a cobrar dos Estados. Agora, precisamos da suspensão do pagamento da dívida através de uma auditoria (que comprove que ela já foi paga).

JC - O que pensa da alternativa de renegociação apresentada pela União, o Propag?

Rejane - Somos contra o Propag. O programa exige que se reconheça a dívida. Além disso, prevê que os Estados devem reduzir gastos, seja diminuindo o investimento no serviço público, seja privatizando, seja fazendo cortes. Quer dizer, além de o Rio Grande do Sul já ter pago essa dívida, o Estado seria sacrificado com a redução dos gastos públicos para que o pagamento da dívida fosse prorrogado por dois ou quatro anos. Então, isso não vai resolver o problema.

JC - Defende uma auditoria



Rejane de Oliveira disputa o comando do Palácio Piratini pelo PSTU

da dívida?

Rejane - Defendemos uma auditoria para provar que a dívida já foi paga.

JC - Quem faria essa auditoria? Os Tribunais de Contas? Órgãos independentes?

Rejane - Propomos um governo com os trabalhadores e para os trabalhadores, através de conselhos populares. Então, vamos fazer esse debate com os trabalhadores e realizar uma auditoria com toda a idoneidade. Deve ser uma audi-

toria externa, mas sobre o controle dos trabalhadores e trabalhadoras. Não pode ser algo sem fiscalização dos trabalhadores.

JC - Como funcionariam os conselhos populares?

Rejane - Os conselhos populares serão formados pela classe trabalhadora organizada nas entidades de classe, associações comunitárias, determinado local de trabalho. Essa representação, democraticamente eleita, fará parte do conselho que vai apontar quais



Propomos um governo com os trabalhadores e para os trabalhadores, através de conselhos populares.

as prioridades e as necessidades da população. Os trabalhadores têm que nos dizer onde vamos gastar o dinheiro, a receita do Estado.

JC - O Orçamento Participativo (OP), em Porto Alegre, e a Consulta Popular, no Estado, foram ferramentas desenvolvidas para a população decidir diretamente o destino de parte do orçamento público. Como enxerga essas iniciativas no Rio Grande do Sul?

Rejane - Creio que o Orçamento Participativo e a Consulta Popular não são processos verdadeiramente democráticos. Por exemplo, o PT - que implementou o OP em Porto Alegre - dizia que as pessoas decidiriam como gastar o dinheiro do Estado. Mas colocava à disposição para o debate apenas 10% da receita. Além disso, as reuniões do OP ficaram superlotadas com CCs (cargos comissionados) do governo, de militantes do partido para aprovar o que o governo queria. Então, o governo não queria ouvir os trabalhadores, queria enganá-los com uma falsa democracia. E isso acontece com a consulta popular também.

JC - Defende que a população decida no que o Estado vai gastar todo o orçamento?

Rejane - Sim, sobre 100% do orçamento.

Lula tem 46% e Flávio, 44% no 2º turno, pela BTG/Nexus

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tem 46% das intenções de voto em uma eventual disputa de segundo turno contra o senador Flávio Bolsonaro (PL), que registra 44%, na corrida pelo comando do Palácio do Planalto.

Os dados são resultado da pesquisa BTG/Nexus divulgada nesta segunda-feira.

Os dois presidenciáveis permanecem tecnicamente empatados, considerando a margem de erro de dois pontos percentuais. Na rodada anterior, Lula também tinha 46%, e Flávio marcava 45%.

O presidente aparece ain-

da em empate técnico com o ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD), com 46% a 42%. Na pesquisa da semana passada, os dois estavam numericamente empatados, com 45% cada.

Contra o escritor Augusto Cury (Avante), Lula marca 46%, ante 41%. A distância numérica entre eles passou de um para cinco pontos percentuais: na rodada anterior, o presidente tinha 44%, e Cury, 43%.

Lula registra 48% em uma simulação contra o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo), que tem 39%. Na semana passada, o placar era

de 47% a 41%.

Diante de Renan Santos (Missão), o presidente Lula também marca 48%, contra 37% do adversário; os percentuais anteriores eram de 47% e 39%. Brancos e nulos variam de 8% a 13% nos cinco confrontos testados pela pesquisa.

A Nexus entrevistou por telefone 2.000 eleitores de 25 a 27 de setembro. A margem de erro geral é de dois pontos percentuais, com nível de confiança de 95%.

O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-07557/2026.

Aplicativo e-Título poderá ser baixado no dia da votação

Nas eleições deste ano, o aplicativo e-Título poderá ser baixado no dia da votação, tanto no 1º quanto no 2º turno. O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques. Também haverá concentração de esforços para garantir o funcionamento estável do aplicativo.

Segundo o ministro, a infraestrutura aprimorada permitirá a emissão do e-Título. Além de permitir a emissão do título de eleitor e de certidões eleitorais, a justificativa da ausência

às urnas e a inscrição como mesário voluntário, a nova versão do aplicativo reúne mais serviços em um único ambiente, como a quitação de débitos por Pix ou cartão. A inovação também permite que a Justiça Eleitoral se comunique diretamente com o eleitorado por meio de notificações no celular.

“Quanto mais serviços digitais oferecemos, maior é a nossa responsabilidade de garantir que eles estejam disponíveis quando o eleitorado deles precisar. Nossa equipe manterá a sala de prontidão”, afirmou o presidente do TSE.